

## UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA DE HUMBERTO DE CAMPOS/MA<sup>1</sup>

Raimunda Nonata Silva Miranda

Graduada em Pedagogia

Universidade Federal do Maranhão; nonatamiranda@gmail.com

Priscila de Sousa Barbosa

Mestre em Ciências da Educação

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

O presente estudo teve como objetivo investigar o processo de implementação das políticas educacionais inclusivas na Escola Municipal Zilda Maria Santos Mesquita, na cidade de Humberto de Campos-MA, considerando os desafios e potencialidades encontrados na prestação de serviços educacionais especializados na Sala de Recursos Multifuncional. Para isto, realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória descritiva e foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados: observação sistemática e uma entrevista semiestruturada. Contou-se com a participação de 01 professora do Atendimento Educacional Especializado. Os dados obtidos apontaram para a necessidade urgente de reestruturação das políticas educacionais inclusivas efetivadas na escola pesquisada, sobretudo da parte física do espaço onde está instalada a sala, apontam ainda para o reconhecimento desse serviço como importante para o desenvolvimento dos alunos, uma vez que este visando à autonomia do educando.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncional.

### INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) caracteriza-se como uma das mudanças apresentadas pela proposta da política educacional inclusiva, sendo um serviço da educação especial que objetiva complementar e suplementar a formação dos alunos. Esse serviço organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade de modo que as barreiras que dificultam e/ou impedem a participação dos alunos na sala de aula sejam eliminadas e/ou diminuídas, respeitando as peculiaridades de cada criança e possibilitando sua participação nas salas regulares de ensino, Ropoli et al (2010, p.17) aponta que esse serviço

“[...] complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino” sendo que este serviço pode ser realizado “nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto é parte integrante do projeto político pedagógico da escola”.

Este estudo se originou de inquietações que se deram no decorrer da disciplina Educação Especial ministrada no Curso de Pedagogia modalidade à distância da Universidade Federal do Maranhão-Polo Humberto de Campos. Inquietações estas acerca dos preconceitos, discriminação e outras barreiras que a pessoa deficiente vem enfrentando ao longo da história para ter seus direitos de cidadão, como a escolarização, garantidos. As reflexões que motivaram a pesquisa na escola objeto de estudo se deu por conta desta ser a pioneira no município a pensar em

<sup>1</sup> Síntese da pesquisa desenvolvida durante o trabalho de conclusão da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão através do Núcleo de Educação à distância – Polo Humberto de Campos.

implantar políticas de inclusão, tornando-se referência, por ter maior número de alunos deficientes e por ser a única contemplada com Sala de Recursos Multifuncionais.

Investigou-se por meio de observação e aplicação de entrevista semiestruturada, os desafios e também as potencialidades encontrados pela professora que atua na Sala de Recursos Multifuncionais. Questiona-se: quais os desafios encontrados no processo de implementação das políticas educacionais inclusivas na Escola Municipal Zilda Maria Santos Mesquita?

Neste sentido, o presente estudo, numa perspectiva investigativa, busca refletir sobre o processo de inclusão na referida escola bem como analisar os desafios enfrentados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) assim como as possíveis contribuições do seu trabalho para a inclusão dos alunos com necessidades especiais na sala regular de ensino.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo, utilizou-se a pesquisa Exploratória Descritiva. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Triviños (2010, p.109), é importante porque “permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental”.

Para realização deste estudo de caso utilizou-se entrevista semiestruturada e observação com a professora que faz o Atendimento Educacional Especializado.

O presente estudo de caso teve como *lócus* de pesquisa a Escola Pública Municipal Zilda Maria Santos Mesquita, na cidade de Humberto de Campos/MA, situada na Rua São Miguel S/N, bairro Bacabeira.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No município de Humberto de Campos, apesar do elevado número de crianças com deficiência em idade escolar, as atitudes de implantar políticas educacionais inclusivas são muito recentes, datando de 2006, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação. Nota-se que, embora de forma tímida, o município vem avançando no que se refere à educação inclusiva. Alguns documentos, como a Proposta Curricular da Educação Infantil e o Plano Municipal de Educação (este último ainda em processo de construção) do município, asseguram o direito de todas as crianças em idade escolar ao acesso e permanência no ensino regular.

A escola objeto de estudo desta pesquisa foi a pioneira em pensar em educação

inclusiva. É pertinente dizer que a instituição possui arquitetura adaptada. Há adaptações na rampa de acesso para cadeirante, alargamento das portas, adaptação de banheiros, entre outras. Contudo, ainda não há piso tátil, nem identificação em Braille, talvez porque as deficiências dos alunos atendidos sejam de natureza física e intelectual.

Nesse período ainda não havia sala de recursos, porém a mesma profissional que fez atendimento na classe especial dava suporte para os professores das salas regulares, confeccionando jogos e outros materiais didáticos e pedagógicos que favoreciam o desenvolvimento dos alunos contribuindo dessa forma para a educação inclusiva. A referida escola foi contemplada com o programa PDDE Acessível no ano de 2008, em 2011, teve seu Projeto Político Pedagógico elaborado, contemplando a educação inclusiva e pontuando a importância desta para alcançar uma boa educação para todas as crianças. Aponta ainda para a necessidade dos serviços da sala de recursos multifuncionais, a fim de melhor atender os alunos deficientes, embora o programa trate apenas da deficiência intelectual, o que não é mais a realidade da escola. No ano de 2012, a escola foi contemplada pelo Ministério da Educação com a Sala de Recursos Multifuncionais do tipo I. O PPP contempla a educação nos moldes inclusivos para cumprir uma das exigências contida na Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, que orienta sobre a oferta do AEE nesse espaço.

A sala de recursos da referida escola, funciona de segunda à sexta no mesmo espaço da instituição, sendo que as segundas, quartas e sextas, no turno da manhã e terças e quintas, no turno da tarde, com uma única professora.

Trata-se de um espaço pequeno e pouco arejado, localizado atrás da cozinha. Possui uma porta de acesso sem janela. Além do mobiliário que a compõe, apresenta um amontoado de objetos confeccionados em outros programas e outros materiais da escola, conferindo-lhe um aspecto de depósito, o que reflete negativamente dificultando o desenvolvimento das atividades pela profissional.

A gestão da escola admite que o ambiente não é adequado para que os objetivos do serviço do Atendimento Educacional Especializado direcionado a esse espaço sejam cumpridos com qualidade e na sua plenitude. Esse fato aponta para o descumprimento do que propõe a educação inclusiva que direciona responsabilidade à escola de se adequar, inclusive em nível de estrutura física, para receber e atender bem os alunos, possibilitando seu desenvolvimento e garantindo aprendizagem divergindo do que pontua Brasil (2012/2013).

A professora que atende as crianças tenta organizar o pequeno espaço para amenizar o problema. No entanto, pontua-se a urgente necessidade de uma reestruturação que contemple

ampliação e modificações na Sala de Recursos da Escola, de modo que possibilite melhores condições de trabalho à profissional que ali atua e para que esse serviço da educação especial possa ser executado, afinal, este é de fundamental importância para que a educação inclusiva se efetive.

Quanto à entrevista com a professora que atua na sala de recursos, que denominaremos de (MR), é a mesma desde quando o espaço iniciou suas atividades em 2012. Porém, essa profissional é aquela que acompanhou os alunos com necessidades educacionais especiais da escola desde a criação da sala especial em 2006, vivenciando todas as experiências de tentativa da instituição em implantar as políticas inclusivas. É licenciada em Pedagogia e fez cursos de complementação na área da educação especial, conforme pode ser observado na sua fala: “Tenho formação superior, Licenciatura em Pedagogia e fiz algumas complementações na área específica”, observando o que indica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Quando perguntado o que entendia sobre AEE, a resposta foi: “Atendimento Especializado ele abrange todo conteúdo da Educação Especial e a Sala de Recursos é apenas um apoio de organização para o atendimento especializado digamos que seja um pouquinho, um resumo da prática” corroborando com o que estabelece a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Perguntou-se sobre a diferença entre AEE e Sala de Recursos e qual o público-alvo, (MR) e a fala da professora deixou clara sua instrução a respeito do Atendimento Educacional Especializado, sua área de abrangência, seus objetivos e o público alvo ao atendimento prestado na sala de recurso enquanto espaço onde acontecem as práticas desse serviço, demonstrando ter conhecimento sobre o Documento Orientador do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2013).

São evidentes, na fala da professora, os muitos desafios que esta encontra no dia a dia, a começar pela falta de estrutura física adequada do espaço onde funciona a sala de recursos. É inegável o esforço da mesma em oferecer da melhor forma os serviços do AEE. Percebe-se que, de fato, a educação nos moldes inclusivos não é tarefa fácil. O último questionamento nos reporta ao que diz Mazzota (2005) quando afirma que a falta de conhecimento, por parte da sociedade, a respeito das deficiências sempre foi um aspecto negativo, o que gera mitos e preconceitos acerca da diversidade humana.

É válido pontuar a necessidade real do profissional do AEE ter uma formação que lhe permita traçar estratégias que leve o aluno com necessidades educacionais especiais a construir

novos conhecimentos com autonomia, acompanhando o currículo escolar. Todavia, a escola como um todo precisa se adequar para que o apoio ofertado pelo AEE tenha efeito positivo.

Referente à fala da professora sobre o fato de seu trabalho às vezes complementar e às vezes suplementar, as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica (2001) orientam que a suplementação seja feita no atendimento aos alunos com altas habilidade/superdotação e complementação, no caso de alunos com dificuldades de aprendizagem vinculadas à deficiência ou não. Diante disso, o trabalho realizado na sala de recursos da escola pesquisada é de natureza complementar, já que não há alunos com altas habilidades/superdotação matriculados nem na classe comum nem no atendimento especializado.

Os atendimentos tinham duração de até duas horas no máximo, com cinco crianças, apesar de a professora assegurar que atende até seis crianças por vez. Quanto ao mobiliário e materiais pedagógicos, pode-se perceber um acervo de materiais em Braille. Segundo informações da escola, isso ocorreu por motivo de informações equivocadas no censo escolar, pois nenhum aluno matriculado na escola ou na sala de recursos tem deficiência grave ou total.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) sinaliza que o serviço do AEE não substitui o ensino da sala deve buscar construir recursos e procedimentos específicos que possam ser mediadores na construção de novos conhecimentos. Mas não é o que acontece na escola observada. Muitas vezes, a sala de recursos acaba servindo como um espaço para o reforço escolar, com a professora auxiliando na resolução das atividades da sala regular. A professora relatou que isso ocorre porque há muitas pessoas não alfabetizadas nas famílias. Vale dizer que diante dessas situações, a professora busca usar os materiais desenvolvidos por ela ou os jogos do próprio espaço da sala de recursos para mediar a resolução das atividades, demonstrando conhecer a finalidade do serviço. Quanto ao encaminhamento dos alunos para a sala de recursos, na maioria das vezes, é o professor da sala regular que detecta a deficiência, e, algumas vezes, são as famílias que a informam. A falta de diagnóstico é uma problemática enfrentada pela escola. Geralmente a família não sabe informar o tipo de deficiência que a criança apresenta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contemplando os objetivos da pesquisa, que, de forma geral, pretenderam conhecer os desafios enfrentados pela instituição durante o processo de implementação das políticas educacionais inclusivas, constatou-se que muitas são as dificuldades encontradas pela instituição de ensino para oferecer educação inclusiva, a começar pela estrutura física da sala de recursos.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como acontece a prática docente no atendimento educacional especializado ofertado na sala de recursos multifuncional, já que ela é condição necessária para que a inclusão aconteça, pois oferece serviço de apoio visando a autonomia do aluno para acompanhar o currículo escolar. Nessa perspectiva, concluiu-se que o atendimento acontece em meio a muitos desafios a começar pela estrutura física do espaço que não oferece as condições adequadas para a execução das atividades. Tais inadequações vão desde o tamanho do ambiente até a parte elétrica que dificulta o uso de alguns equipamentos. Apesar das problemáticas, foi possível perceber que as atividades desenvolvidas visam à autoestima e autonomia dos alunos, levando-os a eliminar barreiras e alcançarem sucesso na sala comum. No entanto, percebeu-se que essas atividades ainda fogem dos objetivos reais pretendidos pelo AEE quando toma rumos de reforço escolar.

## REFERÊNCIAS

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de Outubro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Documento Orientador do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**, Brasília: MEC, 2012/2013.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista de Educação Especial, v. 4, n 1, Janeiro/Junho, 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas** – 5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et al]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

RUIZ, João Álvaro. **Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 2011

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2010.